

UFBA, O OLHO DA HISTÓRIA. **Entrevista com o diretor Sérgio Rezende**. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/o3resen.html> (acessado em 12/10/2011)

UNEB, **Homenagem a José Calasans**. Disponível em: <http://www.uneb.br/2011/05/13/uneb-homenageia-jose-calasans-maior-historiador-da-guerra-de-canudos/> (Acessado em: 09/10/2011).

GT03 – Narrativas, discursos e representações que constroem o Nordeste e a nordestinidade

Coordenador(es): Wesley Rodrigues Dutra

A CONSTRUÇÃO DE PATRIMÔNIOS NORTE RIOGRANDENSES A PARTIR DO ESFORÇO INTELECTUAL DE LUIZ DA CÂMARA CASCUDO

Márcio Gleybson Rodrigues da Silva¹
Reginaldo Carlos de Melo Souza²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar a figura de Pedro Velho como ícone da memória e da identidade política do Rio Grande do Norte a partir do esforço intelectual de Luís da Câmara Cascudo em construí-lo como tal, discutindo como o referido autor valoriza a figura de Pedro Velho através da reverberação em seus escritos de produções anteriores para fortalecer o seu discurso. Busca também mostrar Câmara Cascudo como historiador oficial do estado, tendo o estado como legitimador de sua fala, e que a partir desse lugar de fala produz o patrimônio do republicanismo norte riograndense em volta da família Albuquerque Maranhão e da cidade do Natal, matriz de Pedro Velho e centro político do estado, respectivamente. Além disso, propõe explicitar a figura de Câmara Cascudo como significador –do republicanismo, da Natal moderna, do Grupo de Dança Araruna- e significado - o erudito, o historiador e o norte riograndense célebre- de vários outros patrimônios de Natal e do Estado.

Introdução

Serão trabalhadas as vertentes que existem acerca da história do Rio Grande do Norte e subseqüente apresentada a visão de cada autor, o que motivou os respectivos autores a escrever e o ponto principal deste trabalho, apresentar a visão que os autores tinham sobre os grupos políticos que controlavam o estado à época em que as obras foram produzidas. Os autores que tiveram suas obras analisadas neste trabalho foram Tavares de Lyra, Rocha

1

² Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Pombo e Câmara Cascudo. Seguindo a ordem cronológica em que as obras foram escritas começaremos por Tavares de Lyra, seguido por Rocha Pombo e por último, Câmara Cascudo.

Analisando o período republicano até a organização do Estado, capítulo do livro *História do Rio Grande do Norte*, de autoria de Tavares de Lyra, observa-se que ele inicia a sua narrativa enaltecendo a figura de Pedro Velho, figura representativa das oligarquias políticas que tinha como centro a cidade de Natal. Ele procura mostrar que Pedro Velho foi a alma do movimento republicano no Rio Grande do Norte.

Segundo o historiador Almir de Carvalho Bueno, Pedro Velho entrou no Partido Republicano por conveniência. Entretanto, para Tavares de Lyra, Pedro Velho já era integrado ao movimento republicano há muito tempo, dando a idéia de que Pedro Velho estava ligado ao Rio de Janeiro (centro do poder) participando do movimento, da produção intelectual e da produção política destinado ao Rio Grande do Norte. Ele também exalta Pedro Velho como professor e médico, nos levando a crer que Pedro Velho era também republicano e abolicionista desde 1888, o que não é verdade segundo o historiador Almir Bueno. Na verdade, Pedro Velho tinha medo de ficar alijado do poder e assim se filia ao Partido Republicano com a intenção de manter a influência que sempre exerceu dentro do Estado.

Para Tavares de Lyra, o período republicano no Rio Grande do Norte se iniciou com a fundação do Partido Republicano, em 27 de janeiro de 1889, e não com a proclamação da República. Ele assume a posição e a versão construída por aquele partido. Quando ele vai falar sobre o republicanismo no Rio Grande do Norte usa a ata de fundação do Partido Republicano, incorporando assim a narrativa do partido à sua.

No manifesto à província, feito pelo Partido Republicano, o ideal republicano é apresentado como um movimento popular, como se o povo tivesse consciência de que deveria ser feita uma mudança a partir da abolição da escravidão. Esse manifesto trata a abolição da escravidão como um movimento popular, não feito pelas camadas dirigentes, mas pela população natalense, indo de encontro à construção de Mossoró como “terra da liberdade”.

O Partido Republicano é exaltado através de um discurso cristão com a finalidade de sensibilizar a massa, pois, naquela época, a grande maioria da população era católica, e a República era apresentada ao povo como um novo Cristo, como uma nova salvação, iniciada com a libertação dos escravos em 1888. (LYRA, 2008, p. 322).

Ainda no seu discurso propagandístico, o Partido Republicano procura atingir aqueles que ainda não tem uma consciência republicana, especialmente os militares do exército, lembrando que como o exército fora abolicionista poderia, muito bem, aderir ao movimento republicano.

Naquela época, ser propagandista era pertencer ao grupo mais seleta do partido e isso Pedro Velho foi, pois, fundou um jornal, fundou um partido e fazia idéia do que era republicanismo. Tavares de Lyra não faz qualquer referência, mas teria sido em 1851, através do jornal *Jaguarari*, dirigido por Manuel Brandão, o início oficial da propaganda republicana no Rio Grande do Norte. Seguiu-se, em 1873, a revista *Eco Miguelinho*, de Joaquim Fagundes José Teófilo. O movimento cresce e adquire uma maior organização no período entre 1857 e 1875, com a participação de Joaquim Teodoro Cisneiro de Albuquerque. Ampliando-se ainda mais o ideário republicano quando, em 1886, Janúncio Nóbrega e Manuel Sabino da Costa fundam um núcleo republicano em Caicó. Pedro Velho funda, em seguida, o jornal *A República*, órgão oficial do Partido Republicano. (POMBO, 1922, p. 457; CASCUDO, 1955, p. 205).

Quanto à chegada da notícia da proclamação da República a Natal, Tavares de Lyra, endeusando a figura de Dr. Pedro Velho e do jornal *A República*, exagera quando informa que a novidade foi recebida em Natal na tarde do dia 15 de novembro de 1889 e que a população tomou conhecimento através daquele jornal, tanto da proclamação da República como da formação de um governo provisório e sua nominata. Ora, a historiografia existente a respeito daquela data nos dá conta de que a República foi proclamada entre a manhã e tarde de 15 de novembro de 1889 e o governo provisório foi formado somente no dia 17 de novembro.

Dava como deposto o imperador, abolida a monarquia, e proclamada a República “pelo povo, o exército e a armada”, e constituído um Governo Provisório composto “do grande Quintino Bocayuva, do invicto general Deodoro, e do illustre publicista Aristides Lobo”. Não é isto de extranhar. No dia 15, e até 16, não estava no Rio formado ainda o Governo Provisório, nem mesmo definidos os intuitos da sedição militar: e as notícias que iam para as províncias eram confusas, dando algumas só Deodoro como dictador, outras como formado um triunvirato. Só no dia 17 é que se organizou o Governo Provisório. (POMBO, 1922. p. 459. nota 8).

Então, como o jornal *A República* poderia ter publicado, em 15 de novembro de 1889, ao mesmo tempo, a notícia da proclamação da República e a nominata do governo provisório?

Prosseguindo a análise do texto sob referência, observa-se que Tavares de Lyra se insere na história do Rio Grande do Norte, de duas maneiras:

- I. Se immortalizando como participante do movimento de redemocratização da República no Rio Grande do Norte ao ser escolhido, em 10 de setembro de 1893, como membro do congresso estadual; e,
- II. Como testemunho de tudo o que ocorreu até aquele momento, tornando-se testemunho ocular da história.

Ao final de sua narrativa, Tavares de Lyra cria uma imagem de Pedro Velho como mártir, figura de brilho inextinguível, confundindo a trajetória política do Rio Grande do Norte com a história da vida de Pedro Velho.

O segundo a escrever uma história do Rio Grande do Norte foi Rocha Pombo, sua obra foi escrita para comemorar o centenário da independência e expor e legitimar as idéias de republicanismo que já estariam presentes no estado desde 1822. Para tornar verídico seus levantamentos, Rocha Pombo trata a revolução de 1817 como um ato contra as humilhações do regime colonial. Considerando que o sentimento já existia e estava só à espera do momento para explodir.

E a prova de que na alma dos norte – rio – grandenses nem o escarmento podia mais exigir sentimentos e tendências, que a própria história da colônia havia criado, está no tocante, quase religiosa veneração com que se cultivou sempre ali a tradição dos heróis sacrificados como André de Albuquerque, Miguelinho, e outros. (POMBO, 1922, p. 455).

O autor apresenta a idéia republicana como algo que estava interno e que passou a se tornar aparente no Rio Grande do Norte. A base para propagar essas idéias seria a propaganda abolicionista que estaria abrindo caminho para o ideal do republicanismo.

Rocha Pombo apresenta a abolição em 13 de maio de 1889 como uma vitória dos republicanos contra a monarquia. Os republicanos teriam conseguido a abolição e permaneciam em campo defendendo seus ideais, assim como na narrativa de Tavares de Lyra. A figura de Pedro Velho aparece também na narrativa de Rocha Pombo, mas, no entanto, sua imagem é apresentada como sendo um sujeito abolicionista.

Aparece nesse momento um homem, “cujo espírito parecia talhado para evangelizador de grandes idéias”. Logo após a abolição, declarou-se o dr. Pedro Velho francamente republicano, e com sucesso tal o levou a resolver

imediatamente a criação de um núcleo de propaganda. (POMBO, 1922, p. 456).

Apesar de Pedro Velho ser apresentado como francamente republicano podemos observar que a sua adesão ao republicanismo se dá de forma repentina. Na narrativa de Rocha Pombo não se contempla um passado de Pedro Velho, o que observamos é que após a abolição é que ele se torna republicano, quando se inicia a fundação do partido em Natal. No entanto, ele é colocado como a figura máxima do republicanismo e o marco do estado em outras narrativas como a de Tavares de Lyra.

Podemos observar também que é criado um núcleo de propaganda para divulgar as ideias republicanas, sendo assim esse ideal não era consolidado na capital do estado. Para a divulgação foi criado o jornal *República*, Rocha Pombo descentraliza Natal como espaço disseminador do republicanismo quando apresenta que aproximadamente três meses antes havia sido fundado na cidade de Caicó um jornal chamado *O Povo*, com isso o autor tira de Natal o pioneirismo e coloca o sertão, o interior como pioneiro republicano, se antecipando a capital do estado. Rocha Pombo está ligado politicamente aos grupos do sertão.

Estando as idéias republicanas circulando pelo estado, segundo Rocha Pombo, não seria surpresa a proclamação da república no país e o Rio Grande do Norte já teria um grupo capaz de assumir a responsabilidade do novo governo e administração do estado.

“Ao receber, pela tarde de 15 de Novembro, noticia do que se passava no Rio, fez imediatamente o dr. Pedro Velho distribuir na cidade um boletim annunciando o extraordinário evento (...) Com geral regosijo foi o acontecimento em toda a cidade. – Nomeou no mesmo dia o Governador aclamado o seu secretario, o chefe de policia, e uma Comissão Executiva para auxiliar na administração” POMBO, Rocha. Sob o novo regime. In: **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editores Anuário do Brasil, 1922. p,459 – 460

Apesar da proclamação da república ter surpreendidos muitos, apesar dos números relativamente baixos nas reuniões do partido republicano, Pedro Velho é apresentado como governador aclamado pela população. Pedro Velho governou poucos dias e logo foi enviado um governador provisório. Adolfo Gordo chegou a Natal do dia 6 de dezembro, e no dia seguinte publicou o seguinte decreto.

“<o Estado do Rio Grande do Norte adhire a Republica Federativa Brasileira, nos termos em que foi proclamada provisoriamente pelo governo Federal no decreto n. 1 de 15 de Novembro ultimo>; que o mesmo Estado < fica constituído um dos Estados Unidos do Brazil>.” POMBO, Rocha. Sob o novo regime. In: **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editores Anuário do Brasil, 1922. p, 463

Adolfo Gordo foi enviado para o Rio Grande do Norte para assegurar a consolidação da república em todo o território nacional. Com a sua chegada a Natal a oposição se manifesta, o prevenindo contra o chefe republicano que fora destituído Pedro Velho.

Rocha Pombo apresenta a administração de Adolfo Gordo como pautada por uma perfeita prudência e moderação, sendo imparcial e tolerante. Essa necessidade de apresentá-lo como um imparcial e tolerante é para fazer – se crer que o republicanismo no Rio Grande do Norte era democrático e que tinha participação de todos.

Adolfo Gordo acaba sendo responsável por organizar as elites, beneficiar tanto republicanos quanto os monarquistas. Adolfo gordo é apresentado como um grande político por Rocha Pombo.

No intervalo de 15 de novembro de 1889 a 10 de junho de 1891 o autor afirma que o Rio Grande do Norte Não teve governo republicano, sendo assim antes de 1891 o estado não seria republicano, então o primeiro governo de Pedro Velho não seria uma ação republicana. Sendo assim, em 1891 foi eleito o primeiro governador republicano Pedro Velho.

Rocha Pombo tira de Natal o principal ponto de ponto de propagação das ideias republicanas no estado, Pedro Velho hora apresentado como líder republicano aclamado pelo povo é novamente apresentado mais tarde como primeiro governado republicano eleito, então seu governo anterior não teria valor para os republicanos do Rio. Rocha Pombo descentraliza Natal como centro das ideias e coloca Pedro Velho, apesar de assumir sua importância como mais um governador do estado.

Luís da Câmara Cascudo é responsável por outra versão de uma *História do Rio Grande do Norte*, denominado erudito pela academia de História –o termo em relação a Cascudo não precisa de desambiguação, ele tem demasiada instrução e não se prende a uma corrente metodológica de pesquisa na História, fato que em nenhum momento o impede de ser considerado singular historiador- produziu a obra mais longa e crítica, por sinal, o que não a impede de subjetividades. Além de ter tido acesso às duas obras aludidas anteriormente, Cascudo vai em seu trabalho se utilizar, assim como fez Tavares de Lyra, de fontes encontradas principalmente no Rio Grande do Norte. Historiador oficial do Rio Grande do Norte por nomeação de Sylvio Pedrosa, em seu trabalho vai tentar aprofundar as condições da Proclamação Republicana norte-riograndense.

Raimundo Nonato afirma que Cascudo aborda a Proclamação no Rio Grande do Norte discutindo o conceito de República e apresentando as complicações de apresentar o

Movimento de 1817, pelo menos no que se refere aqui no estado, como legitimamente republicano. Em sua obra *Cascudo* questiona a imagem dos republicanos por tradição canonizados – para nós por Lyra. No entanto afirma que depois de meio século a imagem de 1817 serviu de exemplo após a catequese para desenvolver heroísmo aos seus adeptos. (CASCUDO, 1950, 203)

Percebemos na referida produção uma terceira versão de Pedro Velho. “Segundo *Cascudo*, a adesão de Pedro Velho aos ideais da República foi se constituindo a partir da década de 1880. Informa o autor que Pedro Velho era ligado ao Partido Liberal, mas gradativamente foi aderindo à República” (ROCHA, 2009, 7). Sua indicação a líder do movimento se deu pelo prestígio político e poder econômico, podemos dizer que Pedro Velho aderiu tardiamente ao republicanismo. *Cascudo* afirma que Pedro Velho foi sendo catequizado por seu primo João Avelino. Com isso vemos mais uma vez, na cena narrativa, um termo cristão. No entanto, e também mais uma vez, o percebemos como recurso de linguagem metafórica do universo cristão católico para fazer reconhecer o sentido que *Cascudo* queria dar ao fato. Para nós, *Cascudo* não tem intenção de delinear por um papel cristão o processo republicano norte-riograndense.

Ao que se propõe o problema de nossa pesquisa é importante situarmos *Cascudo*, como já é bem sabido, em um contexto político similar e ao mesmo tempo diferente dos dois anteriores autores. Similar ao ponto de que *Cascudo* iria fazer apologia, nos moldes da história política oficial. Silvio Piza Pedrosa o havia nomeado não por outros motivos se não pela ligação que sua família, os Gomes Pedrosa –herdeiros e representantes dos Albuquerque Maranhão-, tinham com a família de *Cascudo* bem como pelo propósito de autenticar e tornar singular sua administração a partir de um discurso que iremos expor posteriormente.

A diferença situa-se na essência deste discurso. Enquanto Lyra e Pombo, por parâmetros mostrados aqui diferentes, se voltam mais especificamente ao processo republicano no estado (o que *Cascudo* não deixa de fazer), a alegoria do historiador norte-riograndense, vem centrar seu talento argumentativo para construir uma imagem não mais religiosa-messiânica da República, mas de uma modernidade trazida e patenteada pelo governo de Sylvio Pedroza, a *Belle Époque* de Natal, numa referência ao termo utilizado pelo do historiador Renato Amado Peixoto (PEIXOTO, 2010, 191).

Segundo Renato Peixoto, *Cascudo* vai reformular o discurso que constrói e centraliza a cidade de Natal como a espacialidade autêntica do progresso republicano. Tavares de Lyra

centraliza certamente Natal, mas não usa a mesma estratégia argumentativa que usa Cascudo. Ele, através da faculdade da modernização de Natal vai ressignificar o discurso do poder, na figura de Sylvio Pedrosa, na esteira do que fez Lyra com os Albuquerque Maranhão através da tradição, justificar os Gomes Pedrosa através do empreendimento da modernidade. Todos eles na espacialidade da organização familiar natalense.

Câmara Cascudo não cogita mitificar Pedro Velho -nem tomar a proclamação num caráter religioso-, mesmo assim não relega sua preponderância republicana. O que propomos é que o esforço em Cascudo ocorre por modos diferentes dos anteriores para legitimar uma nova conjuntura política. A Belle Époque na Natal republicana, centralizada na figura de Sylvio Pedroza, é a principal intenção Cascudo, e não o processo republicano e seus sujeitos propriamente ditos.

Câmara Cascudo é feito historiador oficial do estado do Rio Grande do Norte pelo então governador Sylvio Piza Pedrosa na década de 1950 e a ele é encomendada a obra *História do Rio Grande do Norte*, que foi discutida acima. Cascudo passa a ser amparado pelo estado, sendo assim toma esse como seu lugar de fala e legitimador de seu discurso. Amparado pelo estado Cascudo escreve a obra a *História da Cidade do Natal*, a partir de 1950, re editada em 1980 e dezenas de outra obras trabalhando aspecto culturais, folclore, festas a população etc.

O próprio Cascudo se faz mito, sendo conhecido como historiador oficial do estado esse título simbólico lhe deu autoridade para construir patrimônios, sendo eles físicos, a sua casa, o reconhecimento de lugares de memória da cidade, como a Ribeira a Cidade Alta. Sendo culturais, a construção da identidade natalense e norte-riograndense, o reconhecimentos de grupos culturais como o Araruna (Grupo de dança popular do Riogrande do Norte).

Sendo assim, o talento reconhecido e incontestável de Câmara Cascudo dentro da própria nação, encontrará no aparelho político – prefeitura e governo do estado- e na figura de força política do ímpar Sylvio Pedroza para fazer e se fazer patrimônio. Construir e mitificar o desenvolvimento da cidade e do estado.

Conclusão

“A análise das obras de Lira e Pombo indica claramente o mesmo padrão nacional de narrar a Proclamação até o fim dos anos 1920, ou seja, a narrativa desse fato tinha o intuito de construir imagens harmônicas e conciliatórias. Tais imagens consolidaram uma união nacional em torno da

As construções dos três autores são muito próximas, feitas em épocas diferentes, enaltecem ou apagam figuras políticas, Tavares de Lira tira da cena o interior, colocando Natal como centro das ideias republicanas no estado e Pedro Velho como o mais ilustre representante. Rocha Pombo traz a tona os grupos do interior, colocando a cidade de Caicó como primeiro divulgador de ideais republicanos, descentralizando Natal e colocando Pedro Velho como mais um governante. E afirmando que o primeiro governo republicano no estado datava de 1891, sendo assim o momento anterior em que Pedro Velho estava no não fazia parte da história da republicana. Câmara Cascudo, traz de volta a obra de Tavares de Lira, se utiliza das obras de Tavares de Lira e Rocha Pombo no entanto firma – se na figura de Pedro Velho, confundindo a história da proclamação da república no Rio Grande do Norte com a vida de Pedro Velho.

Essas produções tentam apresentar a historiado republicanism, no Rio Grande do Norte, como uma história de um grupo sem divergências, coesos, todos juntos em prol da Republica.

Ao finalizar este artigo cabe a nos fazermos referencia a intenção da produção deste trabalho. Ao analisarmos as obras de Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo percebemos as diferenças e semelhanças que cada um dos autores apresentam em seus trabalhos. Cada autor trabalhou dentro de uma perspectiva que obedecia a interesses de quem encomendou e que por suas vez também atendeu aos interesses de cada autor. È fundamental para o historiador compreender que na historia trabalhamos com perspectivas e que as varias perspectivas dão a dinâmica na pesquisa sobre a história. A releitura das versões que existem acerca de determinado objeto de pesquisa, como as três versões da historia do RN, é que permite que se produzam novas informações e novas literaturas sobre determinado evento, de forma que se novas pesquisas não forem feitas o conhecimento continuara o mesmo e produção historiográfica não terá mais significado.

Bibliografia

BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1973.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.

BUENO, Almir de Carvalho. Nós, os regeneradores da Pátria: idéias políticas no Rio Grande do Norte na passagem para a República. In: _____. *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. 2009.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. MEC, 1955. Cap. VIII.

LYRA, Augusto Tavares. Período republicano até a organização do estado. In: _____. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: EDUFERN, 2008. p. 319-339 (Coleção História Potiguar).

PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*. Revista de História Regional, v. 15, p. 169-193, 2010.

POMBO, Rocha. Sob o novo regime. In: _____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Editores Anuário do Brasil, 1922.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. *A República no Rio Grande do Norte: memória e historiografia*. In: 3º Seminário nacional de história da historiografia, 2009, Mariana-MG. 3º Seminário nacional da história da historiografia: aprender com a história? Ouro Preto-MG: UFOP, 2009.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande Norte na velha República*.

GT05 – Por uma história cultural da Paraíba: pensando o cotidiano através dos processos e periódicos

Coordenador(es): Rosemere Olimpio de Santana e Leonardo Bruno Farias

ANTICOMUNISMO E GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA: SOCIEDADE E IMPRENSA CONTRA O COMUNISMO

Dmitri da Silva Bichara Sobreira*

Com o distanciamento do período relativo ao golpe civil-militar, Carlos Fico (2004) relata que vários mitos e estereótipos do período vão sendo quebrados no Brasil¹. Na Paraíba não é diferente. A interseção entre o conceito de Cultura Política, a nova fase da História Política, e o período relativo ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil especificamente na Paraíba, é o plano inicial deste trabalho. A partir da minha participação no projeto *Golpe civil-militar e implantação da ditadura militar na Paraíba: Adesão, repressão e resistência (1964-*

* Estudante de graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba, bolsista de iniciação científica (PIVIC).

¹ Os mitos referentes, citados no livro *Além do Golpe*, são os da vitimação de Jango como um presidente reformista pego de surpresa pelos militares, a classificação simplista dos militares como “duros” e “moderados”, a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura, de que os militares de alta patente não tinham conhecimento das torturas e assassinatos políticos.

1968), onde ao analisar dois dos principais periódicos do Estado, percebi que havia um grande medo do comunismo por parte da sociedade paraibana, que não ficava apenas na propaganda negativa da imprensa. Assim, vi a possibilidade de realizar um ensaio inicial sobre como se apresentava esse anticomunismo na sociedade e imprensa paraibana, já que esse não é o meu objeto principal de estudo no projeto. Ao analisar os jornais, pode-se perceber que lá não estava apenas representado a posição dos órgãos de imprensa em particular, mas tal posição para os meses que antecedem o golpe, eram também de grande parte da sociedade civil. E essa estaria ligada, na sua maioria, diretamente, dando apoio ao golpe.

Para poder descrever o anticomunismo é preciso conceitua-lo como cultura política. Para Motta (2009), nos dias atuais, a cultura se mostra num papel determinante para o desenrolar dos acontecimentos, assim como antigamente sociedade e economia eram os fatores mais influentes para a historiografia. Para isso incorporamos o conceito de cultura política do próprio Motta, onde, pode-se entender cultura política como: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhada por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009, p. 21).

Assim, o combate ao anticomunismo no país era reflexo do medo que a sociedade brasileira, uma sociedade de valores conservadores, onde os principais grupos políticos estavam ligados ao latifúndio, e tinham medo de que as reformas sociais de Goular tomassem corpo e assim seu meio de hegemonia de poder (a terra) fosse compartilhada entre os camponeses. Devido à isso esse grupo político, juntou forças para mobilizar a sociedade para o combate ao “Perigo Vermelho”, através de órgãos como o IPES e, principalmente a imprensa. Essa desenvolveu durante todo o governo Goulart um importante papel na desconstrução do real conceito de comunismo, e construindo um mito político do comunismo como um mal para a sociedade.

Mas esse mesmo anticomunismo não se apresentava único para toda a sociedade. Para Motta (2002) esse conceito não é hegemônico no Brasil. Ele está dividido em três matrizes: a católica, a nacionalista e a liberal. Para a Igreja Católica, que, ao longo da história, tivera de enfrentar vários inimigos, como as reformas protestantes e a revolução francesa, o comunismo seria apenas mais um inimigo que esta instituição terá de enfrentar. No Brasil este anticomunismo católico vem desde a década de 1930, mas foi potencializado a partir dos anos 1940. A Igreja tinha medo de que o crescimento eleitoral do PCB atingisse seus fiéis. Devido à isso, começaram a ser escritas obras anticomunistas por clérigos católicos onde os comunistas criticam a visão da hierarquia católica em favor de prerrogativas socialistas e

comunistas. Mas o ápice do medo católico contra o comunismo se deu quando, nos anos 1960, o comunismo virou uma ameaça dentro da própria instituição. O surgimento de um movimento de esquerda que se dizia católico, a Juventude Universitária Católica (JUC), foi a gota d'água para os líderes católicos.

Os setores tradicionalistas da Igreja discordavam dos religiosos “progressistas” devido a duas razões básicas: primeiro, por não partilhar dos ideais de reformismo social; segundo, porque a esquerda católica descuidava do combate ao comunismo, priorizando a luta pelas reformas. A reação foi dura. O crescimento do “progressismo” em setores do clero e do laicato foi apresentado como resultado da mais recente ofensiva de Moscou, que pretendia dividir e enfraquecer a Igreja. (Motta, 2002, p. 24)

A igreja não se limitava ao seu espaço interno (missas e eventos) para disseminar tal ideologia. Em momentos que se julgava necessário, como eleições, por exemplo, houve participação direta da igreja em tais eventos. Nas eleições de 1962 chegou a ser criada uma organização que atuou no pleito denunciando candidatos que tinham em seu histórico algo que iam de encontro aos valores e morais cristãos católicos. Assim, a ALEF (Aliança Eleitoral Pela Família), elaborou uma lista com os candidatos que seriam “aptos” a serem votados naquela eleição pelos católicos. Mas a Igreja Católica foi além. Ela teve influente participação no golpe, como será abordado mais adiante, ela atuou como co-organizadora de movimentos que interagiam com a sociedade contra o comunismo e a favor da intervenção militar: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Uma segunda matriz descrita por Motta é a do nacionalismo. Esse tem várias conotações, porém, o ideal de nacionalismo que é utilizado pelos comunistas, baseia-se na seguinte premissa:

A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Nesse sentido, os comunistas seriam elementos ‘deletérios’, pois instigavam a divisão e a própria destruição do ‘corpo’ nacional, á medida que insuflavam o ódio entre as classes (Motta, 2002, p. 29).

Segundo Motta, esse sentimento de união nacional foi mais visível na década de 1930, mas também estava presente no movimento de 1964.

E o último elemento descrito por Rodrigo Motta é o liberalismo. Os liberais acusavam o comunismo de autoritarismo, limitando a liberdade da sociedade e de intervir na propriedade privada, ou seja, atuava contras as duas principais vertentes do liberaalismo: o econômico e o político.

Assim, partindo desse aspecto de que o anticomunismo agia como uma cultura política nos anos 1960, procuramos identificar aspectos da ação dessa cultura na sociedade

brasileira e mais especialmente na paraibana. A sociedade paraibana tem suas especificidades em relação à brasileira, mas elas convergem em vários aspectos, e um desses é o medo que uma revolução comunista desencadeasse no Brasil, e João Goulart foi pego como bode espiatório devido sua ligação com as massas e seus projetos reformistas.

Dessa forma, havia sim um medo da “cubanização” do país. A revolução cubana foi um fator fundamental para esse segundo surto de anticomunismo no país. Os norte americanos geraram uma grande pressão em cima dos países da América Latina tentando estabelecer um “cordão sanitário” para impedir o desenvolvimento do comunismo além de Cuba. Mas o medo do comunismo tomar o país é algo que estava presente na sociedade brasileira desde a década de 1930, como já foi dito. Além de que, assim como a revolução cubana intensificou esse medo, a reorganização do PCB, que começou a se reerguer após as crises provocadas pela stalinização do partido, o crescimento de organizações de esquerda como a Ação Popular (AP), além das Ligas Camponesas e da Política Operária (POLOP) foram fatores que intensificaram o receio de uma revolução comunista no Brasil.

Com a renúncia de Jânio Quadros, os conservadores ficaram mais preocupados com a ascensão de Goulart ao poder. Os seus adversários temiam uma grande infiltração comunista com a sua posse. Houve uma tentativa dos ministros militares de Jânio de impedirem a posse de Jango, mas em vão. Jango era o líder da ala esquerdista do PTB, e um dos responsáveis pela transformação do partido, passando de um dos principais elementos de repressão aos comunistas, a um dos principais aliados do PCB. Assim, para que Jango pudesse assumir a presidência foi necessária uma manobra política, onde: “Para evitar conflito maior articulou-se a solução da ementa parlamentarista, arranjo que demoveu opositores à posse. Aceitaram a ida de Goulart para o Palácio do Planalto porque o poder presidencial ficava limitado em suas prerrogativas, manietado pelo aumento da influência do Congresso.” (MOTTA, 2009, p. 234). Mesmo assim, sua ascensão fortaleceu a esquerda e alimentou o medo dos anticomunistas.

Nos anos pré-golpe, surgiram uma série de instituições anticomunistas no Brasil. A grande maioria não teve tanta força, mas algumas organizações acabaram tendo grande função na disseminação do anticomunismo para a sociedade, formando assim um ambiente de grande segregação ideológica no país. A grande maioria dessas instituições estavam ligadas à Igreja Católica. Instituições como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, a Liga Cristã Contra o Comunismo e a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), essa última focada na organização dos trabalhadores na causa anticomunista, são algumas organizações citadas por Motta.

A imprensa se mostra nesse quadro de elementos formadores de uma corrente anticomunista o divulgador da ideologia. Não necessariamente a ideologia em si, mas a propaganda negativa que é colocada nos veículos de comunicação é bastante intensa, principalmente no período pré golpe. Na análise de Assunção (2009) ao trabalho de Mariani (1998) mostra bem como se portava a imprensa nesse período. Segundo a autora, a imprensa teria um papel decisivo na construção dessa imagem negativa do comunismo. A imprensa acabava criando um discurso anticomunismo. Ao invés de falar “sobre” algo, narrando ou descrevendo um acontecimento, o jornalista torna objeto aquilo sobre o que ele fala, colocando sua análise de observador imparcial sobre aquilo que ele fala.

O discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada, uma vez que o discurso dos comunistas praticamente inexistia na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso do Partido, o poder discursivo do jornalismo torna-se mais incisivo: se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade. (Mariani apud Assunção, 2009, p. 209)

Visto isso, podemos identificar aqui na Paraíba alguns aspectos sobre o qual a imprensa se mostra influente no combate ao comunismo. O primeiro é na tragédia envolvendo jagunços e camponeses na cidade de Marí. O governador Pedro Gondim, mostra-se de início pelo que relata a imprensa imparcial, pois queria manter sua matriz populista, mas não queria comprometer-se com suas alianças políticas que o fizeram chegar ao poder. A imprensa posicionara-se, pelo menos nos jornais aqui analisados, contra os agitadores. Esses agitadores seriam membros das Ligas Camponesas que teriam se infiltrado nos grupos camponeses e teriam levado esses a tomar tais atitudes. Em coluna publicada em no Jornal *O Norte*, o colunista Antônio Barroso Pontes culpa os “agitadores da ordem” pelo acontecido na cidade de Marí:

Espera-se ainda que os agitadores, a esta altura procurando enfeitiçar os campos Pernambucanos, já com grande infiltração na Paraíba, tenham piedade dos ingênuos camponeses e os deixem em paz. Que liberem o homem do campo pelo menos nessa época de maiores esperanças para aqueles que sempre ganham com o suor de seu rosto. (PONTES, 1964)

Estaria tal autor desavisado que a Liga Camponesa de Sapé-Marí era a maior do país? O autor tentaria jogar a culpa para o Estado de Pernambuco, onde de lá viriam os agitadores, tentando a todo custo esconder que haveria um movimento de camponeses bem articulado no

Estado da Paraíba. Assim, coube ao Estado tomar as rédias da situação, onde colou-se a polícia para “mediar” a situação. O mesmo Antônio Barroso Pontes relata como o clima de caos está sendo controlado na região.

As notícias chegadas de Sapé e Marí, região conflagrada que se considera o pavil de pólvora dos comunistas da Paraíba, informam que tudo vai correndo bem com a presença do Cel. Luiz de Barros comandando mais de 100 homens, com a missão de cumprir a ordem a qualquer preço. Afirmam que o secretário da Justiça, Bel. Sylvio Porto está decidido com a austeridade natural de cargo, a manter a ordem sem atrito e sem emprego de força. (PONTES, 1964)

A ordem estaria sendo mantida na base da repressão do Estado. Os policiais estariam fazendo o papel de jagunços dos proprietários rurais em defesa da ordem vigente dos novos “coronéis”. Já no *A União* vê-se um editorial onde a culpa de todo o problema no campo seria do Presidente da República. A sua proteção ao movimento sindical e seus projetos sociais seriam os culpados do clima de tensão existente dentro da sociedade paraibana e de tal tragédia, uma das maiores do gênero no Estado até então.

Fomos grevistas o ano inteiro e demos mais importância à política partidária do que à administração pública.

Em vez de mais tratores, de mais navios, de mais ferrovias, de mais estradas, de mais hospitais, de mais escolas, tivemos mais greves, mais agitações, maiores e incalculáveis prejuízos e, conseqüentemente, mais necessidade, insegurança e intranquilidade social. (EDITORIAL, 1964)

Um segundo episódio também importante para identificar esse medo do comunismo no Estado é ocorrido na Faculdade de Direito no centro de João Pessoa. Os protestos contra a visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, geraram tumulto que resultou na intervenção direta da polícia. A imprensa tratou de repercutir o ocorrido de forma mais imparcial, apenas publicando as explicações de Pedro Gondim sobre o ocorrido, onde o governador explica o porque colocou a polícia para reprimir o movimento, contido em sua maioria por estudantes. As atitudes de Pedro Gondim contra os estudantes envolvidos no tumulto mesmo assim, há uma tentativa de desrrotular a classe estudantil como anarquista e comunista. Mas esse mesmo jornal, o *A União*, publica uma série de telegramas de membros da sociedade, encaminhados ao governador parabenizando-o pelas medidas tomadas contra o incidente. “Congratulamo-nos eminentemente governador maneira eficaz soube repelir tentativa de perturbação da ordem pública vê não permitindo que sistema francas democráticas

fossem perturbado em suas nobres finalidades.” (ACONTECIMENTOS... 1964). Um segundo vai mais além, fazendo referências ao nacionalismo e demais elementos

Congratulo Sr. Governador atitude enérgica at patriótica mantendo ordem et tranquilidade que vem sendo ameaçada por minoria de marginais desordeiros et estudantes profissionais agente de países estrangeiros interessados em impor sua dominação sobre o povo brasileiro (ACONTECIMENTOS... 1964).

Com o golpe, a imprensa é pega de surpresa, assim como o governador do Estado, que demora pouco mais de um dia para tomar decisão de apoio ao movimento. Com a posição tomada do governador, uma série de elementos da sociedade tomam parte na revolução através de notas de apoio. Cartas, telegramas e notas enchem as páginas do diário oficial do Estado. Estudantes, tanto de nível superior, como de nível médio, prestaram solidariedade ao governador em matéria publicada no diário oficial do Estado:

Afim de transmitir ao Governador Pedro Gondim a sua solidariedade pela posição assumida diante dos ultimos acontecimentos que envolveram a vida nacional em defesa da ordem e das liberdades democráticas, esteve ontem em Palácio uma comissão constituída dos estudantes de Direito Severino Ramalho Leite, Paulo Gadelha, Pedro Adelson Guedes, Geraldo Magela, José Coelho Marques, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e Suzana Figueiredo. (UNIVERSITÁRIOS... 1964)

A União Pessoense dos Estudantes Secundários vem a público prestar solidariedade de todos os estudantes pessoenses de grau médio as nossas gloriosas Forças Armadas, à Guarnição Federal de João Pessoa e ao Governo do Estado, pela relevante ação em prol das instituições democráticas e em defesa das liberdades do povo brasileiro (ESTUDANTES... 1964)

Assim como os estudantes, os trabalhadores também mostraram-se favoráveis ao posicionamento de Gondim.

Quando o comércio e o povo paraibano almejam para a sua Pátria tranquilidade e bem estar social e respeito às instituições democráticas, não poderia se omitir na atual conjuntura de expressar o seu decidido apoio à proclamação de S. Excia. Pedro Gondim, definindo os anseios do povo paraibano neste momento histótico em que o Exército Brasileiro assegura para a nação paz, ordem, disciplina e um regime morlizador. Deus guarde a Paraíba e o Brasil – Rui Bezerra Cavalcanti – Presidente. (ASSOCIAÇÃO... 1964)

O veículo de imprensa oficial do Estado, que já criticava o governo de João Goulart, passa agora a exaltar a atitude dos militares como salvadores da pátria. Uma série de editoriais contendo críticas a um governo que dava margem a atuação de comunistas, é vinculada no intuito de desmoralizar o ex-presidente e seus aliados, como Leonel Brizola. Nem o

governador de pernambuco, Miguel Arraes escapa das críticas da imprensa local. Tais críticas serviram não apenas para desmoralizar o governo deposto, mas para consolidar as bases do novo governo, dito “revolucionário” junto à população.

A população pode ficar tranquila e confiante, porque as autoridades estão capacitadas e suficientemente fortes para manter, assegurar e defender a ordem pública. A calma e a confiança reinantes nesta capital e em todo o interior, refletem bem o controle absoluto da situação, que será mantida inalterada pelas autoridades Federais e Estaduais, prontas e preparadas para reprimir quaisquer manifestações de violência ou tentativa de anarquia, capazes de perturbar ou ameaçar o sossego e o clima de paz, harmonia e tranquilidade da população paraibana. (EDITORIAL, 1964)

Imfiltrados nos mais altos e delicados pontos da administração pública, desde a educação primária, com cartilhas especializadas e revolucionárias, até a zona rural, onde se adestrava camponeses no manejo das armas e no ensinamento de guerrilhas, os comunistas dêste e de outros países, numa mobilização total, entregavam a uma intensa preparação subversiva, sem nada a temer ou recear, porque tinham e contavam com a ajuda das autoridades que, em boa hora, as Forças Armadas alijaram o poder. (EDITORIAL, 1964)

O Brasil agora estaria salvo dos anarquistas e subversivos que, como se vê, queriam entregar o controle do país para comunistas estrangeiros. Os militares teriam entrado nesse cenário de caos administrativo de João Goulart, onde, o país estaria sem comando. Para a opinião pública o Brasil precisava de ordem, e isso só os militares e seus princípios de ordem poderiam dar. O problema é que a sociedade esperaria que os militares reestabelecesse a ordem natural da sociedade brasileira e assim voltassem para os quartéis, devolvendo o poder para os civís. Isso não acontece. E os meses e anos vão passando e tudo deixa de ser uma simples intervenção militar e passa para um dos mais tristes períodos da história desse país.

Assim, com a análise das fontes aqui expostas, podemos perceber que independente do posicionamento político do governador do Estado, a sociedade e a imprensa de maior circulação não estava de acordo com as proposições políticas de Goulart. A conclusão que se pode chegar até agora, com a nossa análise bibliográfica e hemerográfica é bastante simples. A política na Paraíba é dominada por uma parentela política que é, ou está ligada, à grandes proprietários de terra, os latifundiários. Eles, historicamente, se utilizavam da máquina do Estado para aumentar sua posse e seu poder, através de políticos eleitos com dinheiro oriundo do latifúndio. Visto isso, o que se pode deduzir é que eles não estavam satisfeitos com as propostas reformistas de Goulart.

A imprensa então passou a agir como meio de desmoralização do governo de Jango. E assim foi usada como meio de disseminação de uma imagem controversa sobre determinados acontecimentos (como a chacina de Marí). Essa elite fundiária atuara junto à líderes militares aqui na Paraíba, como os Generais Justino Alves e Artur Candal, cassando elementos ligados às ligas camponesas e outras organizações aqui citadas. Assim, aqui na Paraíba converge a cultura política do anticomunismo e do coronelismo, onde essa utiliza a outra para intervir no sistema em defesa de suas terras.

Visto isso, podemos ver como o chegou ao ápice o anticomunismo na Paraíba. Um Estado cheio de particularidades, mas não totalmente excluído do cenário nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Hemerográficas:

Acontecimentos da praça João Pessoa: Novas congratulações ao estadual. **A União**. João Pessoa, 8 de março 1964, p. 8.

Associação Comercial de João Pessoa. **A União**. João Pessoa, 3 de abril 1964, p. 8.

Editorial. **A União**. João Pessoa, 2 de abril 1964, p. 3.

Editorial. **A União**. João Pessoa, 7 de abril 1964, p. 3.

Editorial. **A União**. João Pessoa, 8 de abril 1964, p. 3.

PONTES, Antônio Barroso. Pelo Nordeste: Calmaria. **O Norte**. João Pessoa, 9 de janeiro 1964.

PONTES, Antônio Barroso. Pelo Nordeste: Hecatombe na Várzea. **O Norte**. João Pessoa, 4 de Fevereiro 1964.

Universitários paraibanos ao lado do Governador. **A União**. João Pessoa, 3 de abril 1964, p. 3.

Bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. Imagens da subversão: polícia política, imprensa e imaginário anticomunista. In: **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 207 – 228.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37

NUNES, Paulo Giovani Antonino. A quebra da ordem institucional e a ditadura militar no Brasil. In: ARAÚJO, E.M. N.;NÓBREGA, E. M. M.; SANTO NETO, M. G.; BARBOSA, V; L.. (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. 1 ed. Campina Grande: Editora da UFCG, 2010, v. 1, p. 278-294

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a, p. 13-36.

SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.